



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

PSICOLOGIA JURÍDICA: POSSÍVEIS CAMPOS DE ATUAÇÕES

Autores: ELISANGELA OLIVEIRA BARBOSA, ALINE LOUISE DIAS DE OLIVEIRA, MARIA LAURA DE BARROS LOPES, ÂNGELA FERNANDA SANTIAGO PINHEIRO

RESUMO: A psicologia jurídica inicialmente restringia-se à esfera penal, todavia, com os anos, ganhou espaço em diversos âmbitos do campo jurídico. Busca investigar os fenômenos psicológicos referentes a questões do direito, da lei e da justiça, viabilizando o trabalho dos operadores do direito, fundamentada em conhecimentos científicos sobre o ser humano. O presente estudo tem como objetivo explicar a respeito de três novos campos de atuação da Psicologia Jurídica. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, onde foram consultados artigos, livros sobre o assunto, publicados em Português no período de 2008 a 2018, e o site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A mediação e conciliação tratam de modos alternativos de resolução de conflitos de forma consensual, orientados por princípios da simplicidade, informalidade, oralidade, flexibilidade e economia processual. A mediação visa o reestabelecimento da comunicação entre as partes conflitantes no intuito de que, de forma conjunta, construam uma proposta de resolução do conflito que beneficie ambos os lados. Para tanto, um profissional, imparcial, deve mediar, servir-se de ponte para que tal fim seja alcançado. Quanto à conciliação, o Conselho Nacional de Justiça diz que tratar-se de um método utilizado em conflitos mais simples ou restritos, menos complexos, processo consensual breve, que viabiliza a reconciliação social e, se possível, a restauração da relação das partes. Estudos apontam que os conflitos possuem aspectos objetivos, afetivos e inconscientes, sendo estes dois últimos objetos de análise do psicólogo, que ao serem considerados possibilitam uma compreensão mais ampla do conflito e dos sujeitos envolvidos, contribuindo para a resolução dos mesmos, confirmando dessa forma, a importância da inserção de psicólogos nessas áreas. Além desses campos, estudos apontam sobre a atuação do psicólogo no Núcleo de Defesa da Mulher, oferecendo atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou com indicativos de violação de direitos, proporcionando escuta clínica. Outros trabalhos pontuam sobre relevância da inserção dos estagiários de Psicologia nesses contextos, tanto para a comunidade atendida, como para a formação dos mesmos. Por meio deste estudo, foi possível verificar a importância do trabalho do psicólogo em diferentes âmbitos do campo jurídico, e que não mais se restringe à área penal.